

*A Educação Superior Privada no Brasil: novos traços de identidade**

João dos Reis Silva Júnior**
Valdemar Sguissardi***

Nos anos 90, inicia-se no Brasil, acentuando-se sob o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), um processo de ajustamento de seu projeto político nacional à nova ordem mundial. Este ajuste manifesta-se em todas as esferas de ação do Estado, cabendo aqui destacar o espaço social da educação superior, alvo de incisiva política oficial de reconfiguração, segundo ótica e racionalidade econômicas ou segundo a lógica e os objetivos do capital.¹

Em artigo intitulado "Privilégio ao Ensino Pago" (*Folha de S. Paulo*, 09/02/98, p. 3), Ricardo Capelli, presidente da União Nacional de Estudantes (UNE), e Anderson Marques, presidente da União Estadual de Estudantes de S. Paulo (UEE-SP), apresentam um sumário, mas adequado desenho da educação superior brasileira, com destaque para o seu setor privado. Sirvam para ilustrá-lo os extratos abaixo:

Neste início de ano letivo, estamos revendo episódios já clássicos de uma história que se repete há anos na educação brasileira. Aumentos abusivos nas mensalidades das escolas pagas, falta de vagas no ensino público, corte de verbas do crédito educativo se tornam corriqueiros na vida do estudante que pretende ter uma profissão para concorrer no cada vez mais enxuto mercado de trabalho. O "pacotão 51", que o governo adotou para salvar o real, deu aos donos de escolas particulares a desculpa que eles tanto queriam para aumentar em até 50% as mensalidades do setor... (...) A livre negociação prevista na lei é a briga do tubarão contra o bage: ganha quem tem poder econômico - e muito -, já que o ensino pago, na era FHC, passou a ser da alçada do Ministério da Fazenda. Com o fim das isenções fiscais de que gozavam antes do ajuste, as universidades particulares anunciaram o repasse desse custo para os preços, o que vai atingir duplamente os alunos ou seus pais. (...) No Plano Nacional de Educação, o MEC prevê triplicar o número de estudantes universitários em dez anos, aumentar na mesma

* Este texto é uma tentativa de síntese de um dos capítulos de nosso recém lançado livro *Novas Faces da Educação Superior no Brasil – reforma do Estado e mudança na produção* (Bragança Paulista : EDUSF, 1999) que visou identificar algumas das *novas faces* da educação superior no Brasil nas suas relações com a atual conjuntura de desenvolvimento das forças produtivas, das relações de trabalho e da reestruturação do Estado.

** Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil.

*** Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, SP, Brasil.

¹ O caso relatado por Gilberto Dimenstein (*Folha de S. Paulo*, 22/08/99) sob o título "**Faculdade privada com ações na Bolsa – Educação como uma mina de dinheiro**" é sintomático e revelador. Auditores brasileiros bem sucedidos - Irmãos Trevisan - e o Banco Fator criam uma Faculdade de Administração e Ciências Contábeis com ações na Bolsa de Valores de S. Paulo. Menciona o crescimento explosivo do ensino superior no país, especialmente em IES privadas, transformando o setor num dos "mais promissores para fazer dinheiro", e os cursos montados no Brasil mediante convênios com importantes universidades norte-americanas, que oferecem ensino à distância, em clima de supercompetição na busca pelo aluno.

proporção o ensino pago e o público e ampliar o crédito educativo, de modo que o programa atenda a 15% das pessoas matriculadas em escolas particulares. Mas os estudantes impedidos de fazer a matrícula não podem esperar tanto tempo por esse crédito, já que um dos efeitos imediatos do pacote é a redução das bolsas que as escolas concedem aos mais carentes.(...) O presidente não se contenta em não investir um centavo na universidade pública; quer desestruturar a rede para justificar sua privatização - ainda que disfarçada em forma de parcerias com a iniciativa privada, que dita regras conforme os valores que aplica.

Observa-se no excerto acima o delineamento de novas tendências para a educação superior privada no Brasil, novos traços caracterizadores da identidade dessas instituições, bem como a transformação estrutural do próprio setor. Essas mudanças poderiam ser sintetizadas como um movimento amplo e profundo de acentuação de suas dimensões mercantis, com graves prejuízos para a identidade das instituições de educação superior em geral.

A compreensão desse processo e de suas conseqüências, no entanto, somente pode dar-se no âmbito da reforma em curso da educação superior no Brasil, que, por sua vez, orienta-se pela mesma matriz teórica, política e ideológica orientadora da reforma do Estado brasileiro com origem na transição do fordismo para o atual momento do capitalismo e sua expressão no Brasil.

O fordismo pode ser sucintamente caracterizado por sua rigidez produtiva e econômica; por ser legitimado numa cultura grandemente impregnada pela dimensão política, em razão da centralidade do Estado de Bem Estar Social, gestor do macroacordo social que marcou os “anos dourados” deste século. No período em que predomina o fordismo a esfera pública é uma das principais instituidoras das relações sociais; o associativismo em sindicatos e partidos políticos são, em termos, um corolário da força do público. O coletivo é, portanto, um valor muito forte na cultura em geral, disto resultando políticas públicas voltadas para as demandas sociais, particularmente para as esferas da saúde e da educação.

Como outras crises do capitalismo, que se caracterizam por superprodução de capital em suas variadas formas, a crise fordista também foi uma crise de superprodução de capital; nesse caso, uma superprodução de capital na sua forma financeira. Isto impôs aos gestores da economia mundial a busca de materialidade na produção de capital produtivo, obrigando, pela primeira vez na história do capitalismo, à internacionalização do capital na sua forma produtiva, processo denominado por Chesnais (1995) de "mundialização do capital", uma internacionalização distinta da do início do século, quando predominaram, na internacionalização, as formas mercantis e financeiras do capital. O processo, no final deste século, faz-se necessária e articuladamente com a redefinição da hierarquia política mundial e com a reconfiguração das esferas pública e privada. Isso põe em movimento em grande parte do planeta reformas do Estado em direção a uma restrição e desregulamentação da esfera pública com proporcional alargamento da esfera privada. Esse processo teve grande influência no redesenho dos espaços sociais predominantemente orientados pela lógica pública, particularmente a educação, objeto específico deste texto.

A redefinição das esferas pública e privada como acima referida possibilitou a entrada do capital nesses espaços sociais, no contexto de um Estado reformado, e provocando, desta forma, sua reorganização segundo a lógica privada, além de

transformações culturais e identitárias nas instituições educacionais, em particular nas do nível superior.

No Brasil tais mudanças efetivam-se a partir de meados dos anos noventa, quando, apoiado em uma aliança partidária de centro-direita, o governo de Fernando Henrique Cardoso põe em movimento, com raro tino político-administrativo, a tradução brasileira da mundialização do capital, de pesadas conseqüências para a economia - que se desindustrializa e desnacionaliza -, para a democracia - que deve sobreviver em uma sociedade desorganizada - e para as esferas sociais de atividade humana - que passam a organizar-se nos moldes da lógica mercantil. No que tange à educação, processo similar verifica-se mediante reformas em todos os níveis de ensino, mormente em suas naturezas pública e privada. Aqui, porém, dada sua própria lógica, isto se tornou mais explícito no setor privado, onde isto se dá a partir do redesenho elaborado por seus representantes.

O setor das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas tem apresentado propostas relativas à legislação desse nível de ensino e reagido aos atos do Poder Central, com o claro propósito de se transformarem em efetivas empresas de ensino, fato muito presente na segunda metade dos anos noventa, quando ocorrem sérias restrições do setor público e acentuado aumento, em igual ou maior proporção, do setor privado, face à pressão do capital, mormente financeiro, que vive sua própria instabilidade.

O Prof. Edson Franco, Reitor da Universidade da Amazônia (UNAMA), indagado sobre um eventual movimento de expansão da educação superior, quando se lhe atribui um novo papel e uma nova dinâmica, responde:

Não creio que haja um movimento de expansão, salvo em algumas universidades, assim mesmo à custa de medidas judiciais, especialmente na área dos cursos de saúde. Os números são atestadores desse débil crescimento. Ao contrário, tudo é feito para restringir o setor superior público nos limites em que se encontra, ao mesmo tempo em que se limita a expansão do ensino superior privado, por meio de uma legislação inadaptada à realidade nacional. Só um exemplo: 30% de mestres e doutores, na Amazônia, como exigência para qualquer curso..., só se caírem do céu mestres e doutores, e isto é exigido para a expansão do ensino superior privado. Não é o mesmo tanto exigido para o ensino superior público, senão no discurso governamental. (1997).

O depoimento do Reitor da UNAMA, que também preside a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), faz-se no contexto de importantes manifestações da vontade política do setor privado, que, em geral, na história recente, tem se traduzido: a) por um desejo de autonomia administrativa, visto por muitos como uma espécie de verdadeira soberania em face do Estado, em lugar do estatuto da autonomia que, desde suas origens, identificaria a instituição universitária; e b) pela atribuição ao Estado do papel de grande vilão na disputa entre esferas pública e privada, porque esse imporia, hoje, uma legislação duramente impeditiva da livre e irrestrita expansão do setor privado, sem idênticas exigências às requeridas do setor público.

A propósito do item "b", o exame da legislação recentemente aprovada revela que não procede a distinção nos termos afirmados, pois são bastante claros os traços indicativos de uma incisiva política de contenção do público e de expansão "com

autonomia” do setor privado, quando este espaço social se mercantiliza e se acentua a concorrência interinstitucional pondo fim aos bons lucros amealhados nos anos 70 e 80.

Esse discurso reforça os principais traços orientadores do processo de mudança da educação superior, em geral, e da educação superior privada, em particular, assim como permite ler-se, nas suas observações críticas, ainda que de modo um tanto contraditório, a identificação de um processo cuja orientação é a restrição histórica da esfera pública e a expansão da esfera privada, embora supostamente controlada. Verifica-se - ao lado da defesa de um Estado enxuto, porém forte de muitos poderes de regulação econômica e simbólico-cultural, para preparar sujeitos com novos desejos, eficientes e dispostos a produzirem em todas as esferas da atividade humana, especialmente na educação - uma “nova vontade geral da Nação”, conforme com uma também nova maneira de produção material da vida humana.

Jorge Bastos, Reitor da Universidade Ibirapuera, S. Paulo, reforça a crítica do suposto excessivo poder do Estado, reivindicando mais “autonomia” frente a uma legislação que impediria o setor particular de avançar conforme as exigências do mercado.

Agora a universidade passa por um momento crucial, passa porque está engessada. (...) O gesso é que as escolas não podem ultrapassar o que consta da Lei. Ela não pode sair um pouco e avançar no mercado. Ela tem que tirar esse gesso. A lei [a] deixa tão estanque, tão fechada... É um torniquete. (...) um ranço de universidade particular com a universidade pública. Eu acho que no fundo o que se ensina é a mesma coisa. São os mesmos professores que dão aula na PUC e nas particulares. (1997).

O excerto acima faz referência a outro traço a ser analisado mais adiante, isto é, o que identificaria as instituições públicas, privadas e as comunitárias mais conceituadas, como instituições de ensino superior, é o **ensino**: “... o que se ensina é a mesma coisa. São os mesmos professores que dão aula na PUC e nas particulares”. Para esse setor, a educação superior, incluindo aí as universidades, deveria ter como função principal o ensino. Entretanto, outro dirigente do setor universitário privado (oriundo da USP...), Roberto Moreira, Coordenador de Pós-Graduação da Universidade Bandeirantes, ao mesmo tempo em que revela em que condições se realiza esta atividade-fim, nas IES privadas, adverte enfaticamente que, mesmo que o ensino seja extremamente importante, torna-se reprodutivo e acrítico se desatrelado da pesquisa e da extensão:

Mas a falta desta visão [da necessidade de capacitação do corpo docente] e da pesquisa faz com que não se tenha esta visão do papel da universidade nestas duas outras dimensões da pesquisa e da extensão do serviço à comunidade. De tal forma que centraram a sua atenção no ensino, algumas vezes com professor efetivamente não titulado, trabalhando com grandes turmas de alunos, e evidentemente que nós não poderíamos esperar muito dos resultados deste ensino.

E, também, eu penso que poderia ser objeto de uma pesquisa e tenho um sentimento em relação a isto que esta visão poderia ser corroborada com uma pesquisa direta às bibliotecas destas universidades e escolas de ensino superior. Penso que muito poucas delas têm coleções de revistas estrangeiras da área do conhecimento em que estão trabalhando e assim por diante. Ou mesmo as revistas científicas de conhecimento que são em grande parte a forma da produção de conhecimento de primeira-mão. (1997).

A possibilidade de controle por parte do Estado sobre a educação superior brasileira, ao menos no nível formal, ameaça a liberdade de explorar o mercado da

educação superior, e, a um só tempo, parece jogar o setor privado num clima de acirrada concorrência e de busca de diferenciação institucional diante da acentuação do processo mercantil nesse espaço social. Wilson J. Zampiere, Pró-Reitor da Universidade Cruzeiro do Sul, diante da nova legislação sobre educação superior recentemente editada², argumenta:

(...) nós estamos sempre procurando enxergar o futuro em cima de planejamento, e essas dificuldades são pensadas no sentido de atrapalharem o nosso trabalho em desenvolvimento. Os decretos e portarias tiram das pessoas que trabalham na educação um pouco do entusiasmo, pois elas vão percebendo que, apesar de todos os esforços, estamos sujeitos ao descredenciamento de cursos, como o caso do provão. O que poderá acontecer amanhã? É claro que o provão também teve seu ponto positivo no sentido de balançar as instituições, os professores e os alunos... parece que até então os alunos estavam um pouco desgarrados e os professores não estavam envolvidos. Agora, se a universidade perder seu "status", certamente os professores e os alunos também perderão, porque a recíproca é verdadeira. Esse conjunto de situações é que dificulta a tranquilidade dos trabalhos sérios, além de não garantirem penalidades aos que não estão se dedicando à educação como excelência e com a qualidade do ensino. (1997)

As mudanças previstas para a educação superior via nova legislação repõem para os dirigentes das IES privadas o dilema histórico: a submissão às normas legais e as tentadoras possibilidades oferecidas pelo mercado, cujos atrativos atuais são muito fortes diante da reestruturação produtiva e das mudanças macro e microeconômicas em curso no país. Por outro lado, a cultura institucional predominante no setor privado - ainda que ameaçada - é marcada pelas facilidades da interpretação da Lei para o alcance das metas financeiras facultadas pelo mercado. Destaque-se que o ensino sempre foi o cerne dos planos estratégicos das IES privadas, ao contrário das demais atividades-fim da educação superior, vistas como caras. A partir da reconfiguração desse nível de ensino, as possibilidades mercadológicas permanecem, mas a legislação e o discurso dos atuais gestores oficiais da educação impõem exigências maiores para o setor privado.

Autonomia e gestão: as reações dos gestores do setor privado

As razões que movem a crítica do setor privado ao controle estatal e à nova legislação também conduzem a mudanças no seu entendimento do estatuto da autonomia e da gestão das IES, quando a concorrência se torna um fato concreto no âmbito da educação brasileira. Por outro lado, isto se verifica quando, na reorganização da educação superior, o Poder Executivo se sobrepõe aos demais poderes da República, enfraquecendo a ação do setor privado, que possui no Congresso Nacional seu espaço preferencial de influência.

Indagado sobre a possibilidade de manter a influência do setor no desenho desse nível de ensino, Hermes F. Figueiredo, Reitor da Universidade Cruzeiro do Sul, afirma:

Nós não cremos, nós temos que batalhar todo dia. Hoje estamos tendo uma reunião da Comissão de Educação da Câmara. Na anterior, eu fui; hoje, o Maurício, o Gabriel e o Edson,

² Ver, por exemplo, o Decreto-Lei 2.306/97, e as portarias dele decorrentes, que reorganizam a educação superior, bem como submetem as IES, especialmente as privadas, ao supremo controle do Governo; controle que se tornou uma característica estrutural do atual aparelho de Estado, no Brasil.

em audiência pública, para defender autonomia, porque não se deve mexer no Decreto 2.207... Que autonomia é essa, que uma Deputada lá falou... Onde está a sua autonomia? Que autonomia é essa que, para abrir um curso de fisioterapia e enfermagem, eu preciso pedir para o Conselho Nacional de Educação? Onde está a autonomia, que eu não posso fixar minha mensalidade? Onde está a autonomia que diz que eu preciso gastar tanto com isso ou aquilo? Enfim, nós discutimos no Congresso, mas não estamos tendo força para mudar... Está já na 40ª. Edição³ desde o tempo do Itamar. (...).(1997)

A grita do setor privado por autonomia deriva de sua necessidade de organizar-se em um mercado que tende a se estruturar de forma muito competitiva, em especial no setor de serviços, em expansão no país no atual estágio do capitalismo⁴. A pretendida transformação das universidades federais em organizações sociais, a nova legislação e nova forma de gestão da educação superior por parte do Estado, a diferenciação institucional nesse nível de ensino e as transformações na demanda do mercado diante da reestruturação produtiva e econômica são fatores constituintes de um mercado para a educação superior de alta competitividade. Isto condiciona a pretensão de soberania administrativa (empresarial) das IES privadas e acentua sua natureza mercadológica.

A educação superior no Brasil sofre rápidas transformações provocadas por inúmeros fatores de natureza específica desse espaço social e outros de natureza direta e indiretamente a ele relacionados. Raulino Tramontin, Consultor Técnico/Científico da C. M. Consultoria e de várias universidades (ULBRA, UNIC, UNIFRAN, UNIB, UNICID), faz importantes indicações a respeito da autonomia das IES privadas:

(...) Pelos dados de que disponho, mais de 68% das Mantenedoras são familiares. Isto significa que as Mantenedoras detêm o poder. Todavia, o que é mais interessante observar é que a composição dos colegiados superiores das universidades é dominada pela Mantenedora. O levantamento da composição do Conselho Universitário e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão revela que a maioria absoluta destas, 68%, detém o comando destes órgãos tornando verdadeira a afirmação de que quem detém a autonomia em verdade é a Mantenedora e não a universidade. Existem, contudo, algumas exceções como é o caso das confessionais e comunitárias, onde há a predominância de representações várias, tornado os colegiados mais democráticos.

Há ainda uma diferença fundamental nas particulares: uma tem Reitor dono, outras, Reitor funcionário, e tanto um como outro seguem as regras dos donos. É difícil dimensionar e analisar o mérito da questão. Eu diria que a existência de donos não deveria prejudicar a qualidade da proposta da universidade, desde que houvesse responsabilidade e ética dos mantenedores, coisa difícil de ser comprovada hoje, onde as práticas canibalescas são freqüentes. Não há, pois, na área privada, diferença significativa entre as universidades. Há sim nuances interessantes, mesmo nas confessionais onde o poder fica concentrado num pequeno grupo que, ou não se reveza ou circula no poder. (1997).

A autonomia e a gestão tendem também a passar por significativas transformações, tais como a acentuação de sua natureza privada, conseqüência das iniciativas do governo e das mudanças no mercado da educação superior, das quais decorrem outras mudanças, que podem ser antevistas no depoimento de Dulce C. P. da S. BRAGA, consultora ligada ao ensino superior privado.

³ Trata-se da Medida Provisória nº 1.477-42 de 6 de novembro de 1997, que estabelece as normas para cobrança de anuidades escolares no ensino privado.

⁴ Destaca-se isto, pois os gestores do setor privado vêem-se como empresários do setor de serviços.

Eu diria o seguinte: hoje a gente vê aí a questão da profissionalização das Reitorias, que foi o que aconteceu com Mogi [Universidade de Mogi das Cruzes] e a gente verifica que até são raras, são poucas, mas elas já buscam até mesmo pensar neste novo modelo de profissionalização das Reitorias. O direito de você indicar o Reitor ainda é da Mantenedora. Em todas essas instituições, quem indica o Reitor é a Mantenedora. O canal entre Mantenedora-Mantida se estabelece através de quem? Através da Reitoria. (...) Pouca coisa vai mudar. Houve uma época uma preocupação que nos colegiados fosse garantido quorum. Essa sempre é a preocupação de você garantir o quorum para que a Reitoria não fique sem sua representação. O que diferencia é que nas públicas você tem os cargos e ali você tem de se submeter à decisão do Colegiado, que, se não for dentro dos interesses, você que recorra e até que se busque a satisfação que você queria. Nessas universidades [privadas] já não há essa preocupação. Por quê? A Mantenedora indica o Reitor. O Reitor designa seus pares. Os Pró-Reitores, os Coordenadores, os Diretores, que de uma certa forma garantem harmonia necessária para a Universidade poder trabalhar.

Verifica-se, como tendência, a profissionalização da gestão das IES privadas associada à significativa relação de subordinação da área acadêmica à estratégia empresarial das Mantenedoras, dando origem a um novo tipo de profissional da educação superior: o gestor acadêmico. A ele cabe imprimir uma política acadêmica ou “marca acadêmica” à instituição a partir das orientações emanadas das estratégias da Mantenedora. A autonomia e a gestão, assim, têm a presidi-las, ao menos como tendência, a lógica da esfera econômica, de natureza distinta da da autonomia e gestão da educação superior como serviço público; isto parecem demonstrar as palavras de Yugo Okida, Vice-Reitor da Universidade Paulista e conselheiro do Conselho Nacional de Educação:

(...) normalmente é a Mantenedora que manda na Mantida e mantém o poder dentro da Mantenedora. Isto é uma coisa que já vem acontecendo há anos, mas hoje a tendência está começando a se desviar para o lado profissional. Qualquer mudança nesta área é muito delicada. O Mantenedor não vai entregar a rapadura para outro, mas de qualquer forma ele está começando a repensar este assunto e, no repensar, ele está colocando profissionais, e o resultado tem sido bom, está estimulando outros mantenedores a jogar a rapadura para o outro. No momento, a relação Mantenedora-Mantida é uma relação complicada ainda. Uma coisa é você falar qual é a relação Mantenedora-Mantida e em que área. Se você falar em todas, eu diria sim. Ela não tem em todas (as áreas) uma interferência muito grande. Ela tem na área onde fala mais alto o dinheiro. A maioria delas quer exercer o poder por causa do dinheiro. Na área acadêmica, a maioria delas não interfere. Aí ela contrata professores, profissionais, etc. e não interfere. Essa relação Mantenedora-Mantida, se for na área econômica, ela não abre mão. (1997).

Movidos pelos argumentos da necessidade de atender à demanda social do **ensino** superior ou de atender às necessidades sociais não cobertas pelo Estado, evidencia-se a vontade política de uma liberdade sem controle do Estado e uma tendência a aceitar-se tão somente os ditames da sociedade civil e do mercado. Reforçam-se estes pleitos e tendências com a grande diferenciação institucional e o processo de mercantilização do saber promovido por políticas governamentais e nova legislação, em que novas formas de gestão orientadas pela racionalidade da produção capitalista/empresarial, deixam de ter, se tiveram, a produção acadêmico-científica como seu objeto específico.

Essa mudança certamente agrava a polissemia do conceito de identidade institucional, além de contribuir na produção de uma cultura organizacional que não valoriza a dissensão, mas fortalece o consenso coercitivo e a imersão acrítica na sociedade civil e no mercado.

Outro ponto a destacar-se é a relação Mantenedora-Mantida, revelador do autoritarismo ali sempre presente. A novidade é o surgimento do “reitor profissional”. Seduzidos por altos salários, impossíveis no setor público, docentes de carreira acadêmica reconhecida assumem a mediação entre a Mantenedora e a Mantida, administrando-a sob as diretrizes da política estratégica da Mantenedora cujo objetivo principal tenderá a ser o lucro financeiro e o aumento e estabilidade patrimoniais.

A reação dos gestores à exigência de produção acadêmico-científica

As diferentes formas da produção do ensino, da pesquisa e da extensão ocupam lugar central na constituição da identidade institucional da educação superior, assim como, para sua diferenciação. Face às muitas transformações desse espaço social, essa produção tende a modificar-se especialmente no âmbito das atividades de pesquisa e extensão, como já se pôde depreender dos vários depoimentos acima, especialmente do da Profa. Adair M. PEREIRA, para quem as IES públicas deveriam ser a referência para o ensino e a pesquisa, porque tais instituições não teriam capacidade para atender a toda a demanda da sociedade por ensino, e, talvez, por serviços de extensão. Estas atividades seriam responsabilidade prioritária das IES privadas, que, em convênio com o poder público, por elas poderiam responder, por estarem geograficamente descentralizadas.

Do exposto a propósito da produção acadêmico-científica da IES pode-se depreender que ela é tida como básica nesse nível de ensino, entretanto, devendo ser apenas modelar nas IES públicas e, assim, servir de referência para o sistema. Por outro lado, tende-se a afirmar que a não realização de pesquisa nas IES privadas decorreria diretamente do seu alto custo. A reivindicação dos gestores do setor privado consiste em manter as pesquisas “de ponta” no setor público, às custas do Estado, e o ensino, predominantemente no setor privado, assim como os programas de extensão - nas esferas econômicas, sociais e culturais - que associariam este setor ao Estado, mediante convênios. Pode-se afirmar que a suposta dificuldade apresentada pelos gestores para o financiamento dessas atividades relaciona-se à natureza privada de tais IES, isto é, aos fins a que se propõem e aos meios de que se utilizam para alcançá-los. Os históricos fins da educação superior (universidade) - produção acadêmico-científica e cultura institucional crítica - constituem-se em fins proclamados em contradição com os fins reais de sua natureza privado/empresarial, a que é essencial e imprescindível o lucro.

Como tendência, portanto, observa-se que o setor privado manteria, com nuances conjunturais, o que viria fazendo: dedicação predominante ao ensino, com reduzida atividade de extensão, desde que alçada à condição de pesquisa aplicada, e com o objetivo de cumprir os dispositivos legais da legislação e política educacionais, em um contexto de acirramento da concorrência competitiva no âmbito do processo de mercantilização da educação superior brasileira. Sirvam para ilustrar esta assertiva o que diz Raulino Tramontin:

Nas Universidades particulares que representam um mosaico heterogêneo, a situação é um pouco mais complicada. Em duas décadas, elas se multiplicaram de forma vertiginosa e nem sempre o quantitativo foi acompanhado de medidas qualitativas. Basta checar o Cadastro de

Pesquisas do CNPq para verificar que as Universidades particulares, excetuando algumas Católicas, e uma ou outra não confessional, não aparecem como produtoras de pesquisa e vale dizer de ciência e tecnologia, reduzindo sua ação ao ensino de graduação e agora, nos anos noventa, começando adentrar na pós-graduação stricto sensu, sem maiores cuidados com a qualidade dos projetos.

Mas talvez a maior preocupação esteja centrada na qualificação dos recursos humanos. Lamentavelmente, este é o principal ponto de estrangulamento das universidades particulares: falta recursos humanos qualificados, falta plano de carreira, sem o que não é possível pensar em linhas de pesquisa, pós-graduação stricto sensu e outros programas.

A maior preocupação das universidades, principalmente as de cunho familiar, foi a ampliação desordenada de vagas em áreas que possibilitam um retorno financeiro maior como é o caso do Direito, Administração, Contabilidade, Processamento de Dados etc. Muitas exageraram e tornam a competição, como no caso da região metropolitana de São Paulo, um verdadeiro canibalismo explícito, cada uma tentando ocupar o seu espaço. (...)

No meu modo de ver, atualmente, o que as universidades particulares atendem em termos de demandas sociais... a maioria absoluta se restringe a oferecer ensino de graduação, no período noturno em cursos tradicionais. Apenas alguns cursos referenciais, e que dão status e visibilidade à universidade, são oferecidos no período diurno, como, por exemplo, os da área da saúde. (1997)

As instituições privadas estão sendo forçadas legal e economicamente a se reconfigurarem, a fim de garantirem o espaço institucional que até então ocupavam no mercado, o que tem conduzido seus gestores e suas entidades e associações representativas a duas direções: 1) buscar minimizar a ação do Estado; e 2) promover mudanças conforme a conjuntura política e econômica. Hermes F. de Figueiredo, acima citado, enfatiza, por exemplo, as dificuldades de aproveitamento pelo setor privado dos docentes aposentados do setor público, em função de alguns "vícios ou vantagens" que eles trariam:

Você vai contratar um professor e diz a ele que tem 20 horas ou 40 horas; ele quer ser contratado, mas quer dar metade das aulas e a outra metade da carga horária quer dedicar à pesquisa. Mas nós não temos condições de financiar apoio à pesquisa. Imagine se nós tivéssemos 50% do corpo docente dando 50% de aulas e os outros 50% de apoio à pesquisa. E a pesquisa, salvo exceções, isso os doutores amigos me falam, passam anos e anos sem concluir o produto final. Nós temos condição de financiar pesquisa pequena de curto prazo. (1997).

Em face da sua natureza privada, a resposta às questões levantadas pela exigência de produção de pesquisa, associada ao ensino e à extensão, não se apresenta como uma empresa fácil. Dulce C. P. da S. Braga, acima citada, referindo-se à questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e às possibilidades e dificuldades de resposta desse setor, afirma:

*...esse [é um] assunto tão polêmico (...) É difícil você trabalhar, você desenvolver ensino, você desenvolver pesquisa e você desenvolver extensão. Quanto mais você desenvolver os três indissociáveis (...) **O importante é demonstrar a existência da pesquisa. E aí busca em todo o corpo docente quem está desenvolvendo pesquisa. Pega todo mundo que está fazendo Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado, não é?** (1997, grifos nossos).*

O que fica claro no todo do depoimento acima é que, diante da conjuntura, as IES privadas precisam buscar uma saída. O que se sinaliza é uma saída burocrática, artificial, no momento, porque, se, de um lado, se satisfaz à legislação e supostamente ao controle do Estado, por outro, isto não deverá se revelar eficiente em um cenário de concorrência acirrada, tendência atual da educação superior. A resolução dos problemas enfrentados pelo setor privado precisa atender a dois tipos de condicionantes: de

natureza política e econômica. Hermes F. de Figueiredo, já referido, assim reflete sobre estas questões:

(...) essa dificuldade da pesquisa. A extensão é um objetivo, é uma meta e eu acho que é até natural que isto aconteça, devido à força de conhecimento, ao poder pelo conhecimento que a Universidade passa a ter e nós temos esse programa de qualificação docente e hoje nós estamos com 39% de mestres e doutores, 90% estão em curso de Mestrado e Doutorado. (...) Mas isto eu entendo que é uma preocupação de todas as universidades privadas que estão neste caminho, mas a extensão e o ensino, eu tenho a impressão que daqui a 10, 15 anos, nós seremos imbatíveis.

No atual contexto do enorme déficit social acumulado, quando o Estado, mediante reformas, restringe sua ação pública, em particular no plano social, aumentam as mais variadas demandas e encontram eco nos programas de extensão institucionais. Estes programas são respostas privadas a tais demandas e muito convenientes institucionalmente, por legitimá-las diante da opinião pública e por representarem certa forma de pesquisa aplicada. Trata-se de legitimação legal, administrativa e supostamente acadêmica, tanto quanto forma de identificação institucional com determinado espaço geográfico e cultural de mercado ou com os traços da materialidade local.

Aqui, pelo menos, estamos fazendo uma força tremenda para que a sociedade local nos reconheça como tal - um centro irradiador de cultura, de conhecimento dentro do próprio bairro -, porque o santo de casa não faz milagre, devido àquele conceito quase que abstrato que uma comunidade leiga tem do que seja uma Universidade, e, de repente, São Miguel tem uma Universidade? Eu conheço o Prof. Hermes, o Prof. Wilson, o que é que eles mudaram? Eu conheço o Prof. Hermes, não conheço a Universidade. Universidade é isso? É um pouquinho difícil porque era um pouco abstrata a Universidade, não era tangível para uma comunidade como São Miguel Paulista. Hoje é. Hoje a comunidade começou a reconhecer quando precisa de um trabalho um pouquinho sofisticado em termos de conhecimento, em termos de projeto, já procura a Universidade: em que nós poderemos ajudar ou é uma pesquisa de mercado, é no desenvolvimento de um bairro, é no saneamento de uma favela. Hoje nós temos contatos como Administração Regional. (...) Então a Universidade começa a dar suporte técnico, suporte acadêmico para estas manifestações da comunidade. (...) Como consequência ela está fazendo extensão, porque isto é uma extensão. (FIGUEIREDO, 1997).

A produção acadêmico-científica atual das instituições de ensino superior de natureza privada diferencia-se daquela dos anos 70 e 80, sem que hajam mudado seus fins últimos. Ainda que o ensino continue sendo a atividade basilar de sua existência, a extensão a ela virá somar-se, principalmente, se se orientar pela forma de prestação de serviços e se puder ser entendida como pesquisa aplicada. Essa tendência que se observa nas instituições particulares, com destaque para as do tipo universidade, contribui de forma acentuada para transformações na identidade dessas instituições, ainda que estruturalmente nelas não ocorram mudanças substantivas.

Reação do setor privado diante do processo de mercantilização da Educação Superior

Vive-se no Brasil um típico processo de transição - da famigerada “inserção do Brasil na modernidade” - que visa a entrada do País na nova ordem mundial, isto é, a produção de um novo projeto político nacional alinhado às orientações dominantes da

presente forma de organização do capitalismo, pós falência do regime de acumulação denominado fordismo. Ocorrem mudanças em variadas esferas de atividades: na base produtiva, na organização macro e microeconômica, na política e na cultura. Na articulação de tais esferas, dá-se a produção de um novo *ser social*, o que implica, parafraseando Gramsci, um novo jeito de sentir, ver e pensar o mundo, isto é, a produção de um novo homem para um novo momento histórico do capitalismo. Deve-se destacar ainda aqui, em meio a esse complexo processo, a expansão do capital para espaços sociais antes não organizados conforme sua lógica. Para superar-se a crise que caracterizou o final da hegemonia fordista, um movimento complexo interfere em todos os espaços sociais, incluindo-se o da educação superior. No caso do Brasil, diante das mudanças propostas pelo MARE (Reforma do Aparelho do Estado) e do MEC, a educação superior reorganiza-se em grande medida segundo a lógica do capital e o controle rígido do Estado. A educação superior é duplamente pressionada - pelo poder político e pela conjuntura econômica -, o que induz a um acirramento da concorrência, mormente no seu setor privado. A reação de seus dirigentes traduz-se na redefinição de suas ações institucionais, bem como na pressão política sobre um Legislativo fraco e um Executivo com hiper-poderes. Sobre a concorrência e os fins últimos das IES, Dulce C. P. da S. Braga declara:

Eu acho que é muito difícil (...) Todas elas dizem que têm um objetivo, mas no fundo, a gente sente assim: o objetivo é a concorrência mesmo. Cada uma quer ter mais e mais, e mais que representa vagas, representa cursos, esse é o objetivo maior. O objetivo maior é ensino - graduação. Depois a gente começa desenvolver os outros, porque os outros exigem muito dinheiro e como a maior parte das instituições tem seus recursos provenientes de contribuição escolar, conforme vai sobrando, aí vai desenvolvendo as outras áreas. (1997)

O processo de reorganização do ensino superior provoca mudanças institucionais que afetam suas atividades e estruturas, que adquirem outras dimensões, ainda que sua natureza privada permaneça, e, com ela, seus proclamados fins. Cabe observar esta outra face, a da mercantilização da educação superior brasileira, isto é, a referência identitária para as instituições do setor privado é a empresa organizada de forma capitalista. Busca-se aproximação com o setor produtivo, não só por causa dos ingressos orçamentários, mas, também, como parâmetro para o que deve ser "produzido" pelas IES. Verifica-se forte tendência à subsunção institucional ao processo produtivo e econômico. Wilson Zampiere ilustra esta questão:

Eu tenho aqui uma grande aliada que é a Ford Indústria e Comércio. É uma grande fábrica aqui na região de Cumbica, que tem mais de 100 bolsistas nesta instituição. Eles pagam 80% de bolsas aos alunos. Então, há essa preocupação da universidade e por isso é que estamos cada vez mais melhorando os laboratórios, os equipamentos de última geração, para que os alunos consigam sair da universidade com conhecimento e experiência de equipamentos de ponta, para que ao chegar na empresa não os estranhem. Nós não utilizamos esse decreto de utilidade pública, nós agimos como empresa. Claro que a Mantenedora cumpre seu objetivo educacional. Nós estamos, através da pró-reitoria de assuntos comunitários, procurando um contato mais forte e efetivo com as empresas, principalmente na concepção de estágios e mais à frente vamos sugerir às empresas que ajudem a pagar as mensalidades de seus funcionários, aqueles que forem alunos dessa Universidade, para que assim os alunos possam tocar seus cursos universitários com mais firmeza e colaboração da empresa onde trabalham. E através disso nós mantemos um contato interessante com as empresas para descobrir seus objetivos, suas ansiedades e expectativas. É isso o que estamos fazendo, procurando um contato direto para estágios e, quem sabe depois, bolsas de estudos. (1997).

O setor privado do ensino superior, depois de passar por ampla expansão ao longo dos anos 70, de ter sua expansão limitada legal e economicamente e sua qualidade questionada durante os anos 80, entra nos anos 90 sob condições precárias e com suas estratégias de interferência política debilitadas, face às transformações ocorridas no Brasil. O Governo, via legislação e políticas educacionais, induz a educação superior a uma diferenciação institucional generalizada, ao mesmo tempo em que incentiva o processo de mercantilização desse espaço social, mediante estímulo à concorrência entre as instituições privadas e, face à conjuntura, à aproximação com o setor produtivo. Esses movimentos históricos acabaram por produzir tendências inéditas para uma nova identidade institucional e, ao mesmo tempo, para reconfigurar o espaço formado por essas instituições e as articulações entre si, com o mercado e com a sociedade.

Como tendência, pode-se afirmar que houve acentuação da natureza privada dessas IES e a busca de identidade singular diante da concorrência. Esta busca estaria conduzindo as IES privadas, em que pese o processo de diferenciação, para caminhos comuns. O ensino permanece sua atividade quase exclusiva, raramente secundada pela pesquisa, que, dispendiosa, daria lugar à extensão, entendida como pesquisa aplicada associada ao ensino e, em geral, desenvolvida na comunidade local próxima. Há, poder-se-ia afirmar, a busca de uma pretendida vocação regional e de uma cultura institucional, vazada nos valores da localidade, no âmbito do suposto cenário universal da educação superior.

Por outro lado, a aproximação com o mercado e com o setor produtivo, aliada ao acirramento da concorrência neste campo, teria favorecido, senão condicionado, o empresariamento das gestões, bem como a vontade política dos gestores de uma autonomia que mais se assemelha à soberania, ou à liberdade de mercado, de que gozariam as empresas. As estruturas organizacionais e a gestão das IES privadas são cópias adaptadas dos desenhos organizacionais e da gestão de empresas do setor de serviços, tendendo os gestores de alto escalão a ser, agora, acadêmicos de prestígio, originários do setor público, e funcionários bem pagos da Mantida, que, em última instância, detém o poder econômico e político estratégicos da(s) Mantenedora(s).

São esses alguns dos principais traços que definem uma nova identidade para as IES constituintes do setor privado da educação superior no Brasil e que têm orientado as ações políticas de pressão sobre o Estado de seus representantes, constituídos em entidades e associações como a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), a Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC), a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN) e especialmente a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

A representação política do setor privado

Provavelmente em face da concorrência e das diferenças históricas, o setor privado da educação superior apresenta grande heterogeneidade, ainda que enfremem

problemas comuns que decorrem de sua natureza privada. As diferenças expressam-se também nas entidades e associações que representam os distintos segmentos do setor.

Prof. Valdir J. Lanza, Vice-Reitor do Centro Universitário Monte Serrat, assim se reporta à diversidade do setor:

Não. A UNIP [Universidade Paulista] é à parte. Ela tem mais poder que todas as outras instituições juntas. Ele [Prof. Di Genio, Reitor da UNIP] aparece nas questões políticas e tal. Quando saiu o [Decreto] 2.207, ele me procurou, mas no geral ele não participa do processo, dos grupos.

Mas, na questão política, a gente tem uma CONFENEN, Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, que é o órgão representativo. Só que representa de direito, mas não representa de fato. (...) O Edson Franco [ABMES] é uma pessoa fantástica, não é? Agora, se montou uma estrutura de poder que sobe, sobe segundo o grau e a sua maioria na base de sustentação é do Nordeste, alguma coisa de Minas Gerais, alguma coisinha de Santa Catarina, todo mundo é presente ao segmento. A gente tem a ANUP, que tem uma posição política muito forte, mas não une a categoria. Principalmente um determinado momento ficou aquela de se transformar em representação das universidades e, em determinada reunião, o Gabriel [presidente do SEMESP/SP] foi defender: “Gente, não pode! O que está acontecendo é o seguinte: isto é um canibalismo!” “Foi até bom você falar, Gabriel, pois quem não tem competência não se estabelece”. Então a Associação Nacional de Universidades Particulares (ANUP) também tem este problema de estar com as grandes universidades, mas não estar com o segmento, porque você tem lá uma faculdade pequena, com dois cursos superiores de qualidade... Você tem uma ESPM. Aquilo não é uma universidade. Você tem um curso de moda de altíssima qualidade, bem feito, bem elaborado. Cada um na sua raia, não é? A UNIP é uma instituição e...Ela está muito no segmento, ela tem um poder muito grande.

Cada um tem o seu. A CONFENEN tem o dela, a UNIP tem o dela, a ABMES tem o dela. Mas, era nisto que eu queria chegar. De todas, a que mais une e congrega até pela própria diplomacia do Edson Franco, que é um gentleman, é uma pessoa que se dá com todos, culto, preparado, conciliador, não é bairrista. A gente costuma brincar que nordestino antes de qualquer tema diz: “Eu venho lá de um lugar sofrido”. E a gente tem capitais como Fortaleza, Recife e Salvador que não ficam devendo nada para Campinas, Porto Alegre, que são cidades menores. (1997)

Dentre as entidades que representam esse setor, destaca-se, como se pode observar nesse depoimento, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), com histórica presença no ensino privado brasileiro, várias publicações regulares, promotoras de muitos e interessantes debates sobre as transformações por que vem passando a educação superior. Vale assinalar que a ABMES tem mais de três centenas de associados, incluindo inclusive nessa lista instituições isoladas bastante desconhecidas de Ponta Porã, até Mantenedoras bastante conhecidas no plano nacional como o Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo, hoje Universidade Metodista do Estado de São Paulo (UMESP).

Outro ponto a destacar, relativo à força de representação da ABMES no cenário atual, quando a legislação oficial impõe, por exemplo, a presença de professores titulados em instituições de educação superior credenciadas como universidades, é a criação da **Fundação para o Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNDESP)**. Em sua “Proposta de Estatuto Social” são relevantes os três incisos do artigo 2º.

São finalidades da **FUNDESP**:

1 - desenvolver programas de treinamento, aperfeiçoamento, titulação e capacitação de docentes das instituições de educação superior, sob manutenção de entidades Mantenedoras de ensino superior, filiadas à Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior;

2 - desenvolver programas de treinamento, aperfeiçoamento, titulação e capacitação de pessoal técnico contratado por entidades Mantenedoras de ensino superior, filiadas à **Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**;

3 - atuar diretamente ou mediante convênios e contratos com instituições nacionais, governamentais e/ou privadas e internacionais no sentido de atender suas finalidades, produzindo e desenvolvendo projetos e programas de educação continuada de formação, titulação e capacitação de docentes e técnicos de ensino superior, utilizando-se de todos os meios possíveis de tecnologia educacional a tal fim (...) (grifos nosso).⁵

Do Conselho de Curadores, no artigo 6º pode-se ler:

O Conselho de Curadores, órgão máximo de deliberação da FUNDESP será composto por doze (12) representantes das entidades Mantenedoras de ensino superior instituidoras da FUNDESP e por três (3) membros não-natos, escolhidos pelos representantes da totalidade das entidades Mantenedoras de ensino superior instituidoras da FUNDESP ou que com ela vierem a conveniar, na forma deste Estatuto Social para receber os benefícios decorrentes das finalidades constantes deste Estatuto.

Agora, no segundo semestre de 1998, a referida fundação, também chamada, no âmbito da ABMES, de “Capes Privada”, torna-se FUNADESP⁶, tendo como Diretor Executivo o Sr. Darcy Closs, ex-diretor geral da Capes nos anos 70.

A Funadesp, composta por 60 instituidoras, tem como diretor-executivo Darcy Closs, com grande experiência profissional na área do ensino superior. Segundo ele, a presidência e os conselhos curador e fiscal já aprovaram ações desencadeadoras do processo de capacitação das instituições particulares.

A Funadesp pretende estimular o esforço das instituições na avaliação de seus cursos de graduação e promover estudos sobre as condições dos docentes nas instituidoras para dimensionar suas necessidades de capacitação. Para tanto, serão constituídos comitês técnicos de consultores “ad hoc” para orientar os processos de avaliação e de definição/implantação de linhas/núcleos de pesquisa e de criação de cursos de mestrado.⁷

Segundo Closs:

(...) a Funadesp encaminhou à Capes e à SESu/MEC propostas de realização de atividades conjuntas envolvendo alguns pontos essenciais, dentre os quais, a avaliação das necessidades de vagas de mestrado e doutorado para atender às demandas das instituições particulares; a valorização dos mestrados profissionais e interinstitucionais; a implantação de projetos de capacitação docente; a revitalização dos cursos de pós-graduação lato sensu.⁸

Por outro lado, é possível verificar a identidade das ações e das reivindicações da ABMES com as posições dos dirigentes das IES do setor em tela a partir das proposições dessa associação. Em janeiro de 1997, a ABMES promoveu seminário objetivando subsidiar a produção de políticas para educação superior, que resultou na publicação, em nível nacional, da Revista *Estudos* (da ABMES) sobre o tema: *Contribuições à Definição de uma Nova Política de Ensino Superior*. Depois de dois dias de conferências e discussões, aprovou-se o documento *Considerações, Recomendações e Propostas do Seminário*. Deste, ressaltou-se seu item III - *Propostas ao MEC*, no qual parecem explicitar-se as posições desse setor em relação à autonomia, avaliação, pesquisa, gestão e, sobretudo, identidade universitária e educação superior

⁵ Documento gentilmente cedido pelo Prof. Valdir J. Lanza, de seu arquivo pessoal.

⁶ Fundação Nacional para o Desenvolvimento do Ensino Superior Privado

⁷ Funadesp Articula-se com o MEC. *ABMESNotícias*, ago/set/98, p.6.

⁸ Id. *Ibidem*.

brasileira, que muito se aproximam do que se pode depreender dos depoimentos dos gestores desse setor nos itens anteriores.⁹

Considerações Finais

Como exposto, presencia-se a uma mudança de paradigma na produção das políticas públicas em geral e, no caso aqui estudado, na educação superior no Brasil, também conhecido como processo de mercadorização da esfera pública. O atual governo, acentuando tendências anteriores, inequivocamente subsume a educação superior a uma política de gastos, de redução do déficit público, isto é, ao econômico, às regras do mercado. As políticas públicas tornaram-se, com esta mudança, políticas públicas baseadas no *paradigma da oferta do Estado* (orientado pelos organismos multilaterais, com destaque para o BIRD), e não no *paradigma de demanda da sociedade*. O Estado oferece educação superior segundo sua concepção, quem quiser e puder que se habilite a seu usufruto e se inclua na organização social patrocinada pelos atuais detentores do poder estatal. Posto que as políticas para a educação superior são subsumidas a uma política de gastos, ao mercado e ao econômico, não se trata de **política genuinamente educacional, mas de uma política econômica**, produzida essencialmente por organismos financeiros transnacionais, onde se destaca o BIRD/Banco Mundial. A transformação desse paradigma - orientada por velhas e novas teorias gerenciais e traduzida no processo de mercantilização da educação superior - impõe uma séria reflexão sobre perspectivas e decorrências disto para o campo educacional e para o futuro da educação superior em nosso País.

⁹ Cf. ABMES, 1997: 127-129

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, C. R. S. de. (1997). *O brasão e o logotipo: um estudo das universidades na cidade de São Paulo*. Tese de doutoramento. São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 199 p. + anexos.
- BASTOS, J. (1997). Entrevista a Cleide R. S. de ALMEIDA.
- BRAGA, D. C. P. da S. (1997). Entrevista a Cleide R. S. de ALMEIDA
- CAPELLI, R. e MARQUES, A. (09/02/98) Privilégio ao Ensino Pago. *Folha de S. Paulo*, p. 3.
- CHESNAIS, F. (1995). *A mundialização do capital*. São Paulo: Editora Xamã.
- FIGEIREDO, H. F. (1997). Entrevista a Cleide R. S. de ALMEIDA.
- FRANCO, E. (1997). Entrevista aos autores.
- LANZA, V. (1997). Entrevista aos autores.
- MOREIRA, R. (1997). Depoimento aos autores.
- OKIDA, Y. (1997). Entrevista a Cleide R. S. de ALMEIDA
- TRAMONTIN, R. (1997). Entrevista a Cleide R. S. de ALMEIDA.
- ZAMPIERE, W. J. (1997). Depoimento aos autores.
- ABMES. (ago/set/98). Funadesp Articula-se com o MEC. *ABMESNotícias*.